

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 3.351, DE 2024

Estabelece diretrizes e ações para o atendimento integral e a ressocialização de trabalhadoras domésticas resgatadas em situação análoga à escravidão e de tráfico de pessoas, assegurando a cessação de violências domésticas, a reconexão familiar, a garantia de reparação integral, e o apoio necessário para a manifestação de vontade de trabalhadoras com deficiência, e dá outras providências (Lei Sônia Maria de Jesus).

Autora: Deputada CARLA AYRES

Relatora: Deputada BENEDITA DA SILVA

I - RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 3.351, de 2024, de autoria da Deputada Carla Ayres. O projeto estabelece diretrizes e ações para o atendimento integral e a ressocialização de trabalhadoras domésticas resgatadas em situação análoga à escravidão ou de tráfico de pessoas.

Na justificação, a autora destaca que a proposta responde à obrigação do Estado brasileiro de combater as formas contemporâneas de escravidão e assegurar os direitos das vítimas. Argumenta que as trabalhadoras domésticas resgatadas geralmente acumulam vulnerabilidades de gênero, raça, deficiência e pobreza, o que exige um tratamento jurídico específico.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas, nessa Comissão, emendas ao projeto.



O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Defesa dos Direitos da Mulher; Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em 30/04/2025, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação, com substitutivo e, em 20/05/2025, aprovado o parecer. Apresentou voto em separado a deputada Clarissa Tércio.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

2025-10209

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 3.351, de 2024, de autoria da ilustre Deputada Carla Ayres, propõe a criação de um marco normativo voltado à proteção e ressocialização de trabalhadoras domésticas resgatadas de situações análogas à escravidão. A proposta visa assegurar, para essas pessoas, o direito à informação, ao apoio psicossocial, à reintegração familiar e à justiça reparatória, com especial atenção às trabalhadoras com deficiência.

Cabe a esta comissão apreciar a matéria do ponto de vista da proteção dos direitos das mulheres, de acordo com o campo temático e a área de atuação previstas no art. 32, inciso XXIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Voltando ao mérito da proposta, o projeto é oportuno, na medida em que protege mulheres que, por sua vulnerabilidade, acabam submetidas a formas de exploração análogas à escravidão.



Além disso, a proposta está alinhada com compromissos nacionais e internacionais de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, assim como de promoção dos direitos humanos.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A Comissão aprovou o projeto, na forma de um substitutivo meritório. Com efeito, o substitutivo aprovado aprimora a redação original, mantendo os objetivos centrais do projeto, mas ajustando os dispositivos para maior clareza e sistematicidade. O substitutivo reforça a proteção jurídica das trabalhadoras com deficiência, assegura salvaguardas e, além disso, amplia a articulação com o ordenamento jurídico já existente.

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 3.351, de 2024, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada BENEDITA DA SILVA
Relatora

2025-10209

